

## Responsabilidade socioambiental contribuição para a redução da pobreza e para desenvolvimento sustentável

Vanessa Alueth Caillot (UTFPR) [vanessacaillot@hotmail.com](mailto:vanessacaillot@hotmail.com)  
Antônio Carlos de Francisco (UTFPR) [acfrancisco@utfpr.edu.br](mailto:acfrancisco@utfpr.edu.br)  
João Luiz Kovaleski (UTFPR) [kovaleski@utfpr.edu.br](mailto:kovaleski@utfpr.edu.br)  
Eloiza Matos (UTFPR) [elomatos@utfpr.edu.br](mailto:elomatos@utfpr.edu.br)

### Resumo:

Diante da insuficiência dos governos em resolver os crescentes problemas de caráter social e ambiental a responsabilidade socioambiental corporativa surge como possibilidade para amenizar os problemas sociais gerar benefícios para a comunidade e promover o desenvolvimento. Este artigo expõe o produto de uma pesquisa exploratória, realizada a partir de dados secundários livros e artigos científicos publicados sobre a questão ambiental. Mais especificamente, sistematiza e problematiza o debate sobre a relação entre pobreza desenvolvimento e meio ambiente. O objetivo central da pesquisa consistiu em avaliar teoricamente o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável e a contribuição para redução da pobreza e para o desenvolvimento. Buscou-se analisar o comportamento socialmente responsável, investigar modelos teóricos e práticos desenvolvimento sustentável e Identificar a eficácia da responsabilidade socioambiental na redução da pobreza.

**Palavras chave:** Responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável, desempenho socioambiental

## Environmental responsibility contribution to poverty reduction and sustainable development

### Abstract:

Given the failure of governments to resolve the growing problems of social and environmental corporate social and environmental responsibility arises as a possibility to alleviate social problems generate benefits for the community and promote development. This article presents the product of an exploratory survey conducted secondary data from books and scientific articles on the environmental issue. More specifically, systematizes and discusses the debate about the relationship between poverty and development environment. The aim of the research was to evaluate theoretically the concept of socially responsible corporate behavior and contribution to poverty reduction and development. We sought to analyze the socially responsible behavior, investigating theoretical models and practical sustainable development and identify the effectiveness of environmental responsibility in reducing poverty.

**Keywords:** Social and environmental responsibility, sustainable development and environmental performance

## 1. Introdução

O desenvolvimento industrial com foco exclusivamente na produção de riqueza, a produção voltada para os princípios do mercado; a busca da lucratividade, produtividade e competitividade máximas, contribuíram para alavancar as desigualdades sociais e a degradação ambiental. A partir de 1970 surge uma preocupação emergente com o sistema de produção realizado até então, resultando num conflito crescente entre o modelo de crescimento econômico e os impactos ambientais. O movimento ecológico surge buscando despertar para uma nova consciência, atenta à dimensão ambiental. Os clamores da sociedade civil organizada foram gradualmente, pressionando a incorporação da questão ambiental aos programas de governo e à agenda dos organismos internacionais.

A pressão por parte da sociedade, do mercado, como também a regulamentação de leis, forçam as organizações a ampliação da visão não deixando espaço para atuar com intuito exclusivamente econômico. Em 1987 surge o termo "desenvolvimento sustentável", de modo a agregar ao aspecto econômico o viés ecológico e também o social. Para o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e a dignidade humana estão em primeiro plano, de modo que promover a sustentabilidade é investir no desenvolvimento humano e no equilíbrio ecossistêmico.

Stead e Stead (1994) chamaram a primeiras iniciativas das organizações de "fase de lucro", baseando-se na idéia de que a preocupação ecológica é tratada inicialmente como vantagem competitiva e, portanto, ainda é vista com o paradigma da riqueza econômica. As organizações precisam de uma nova visão baseada na comunidade, redefinindo valores fundamentais, estratégias e estruturas para incluir a capacidade de carga do planeta.

Os desenvolvimento do conceito de responsabilidade social corporativa, em especial a inclusão da dimensão social, aumentam a necessidade de analisar as práticas das organizações empresariais quer sob o ponto de vista de suas motivações éticas, e os resultados nos diversos stakeholders.(VASCONCELOS, 2012).

Os esforços de empresas e instituições públicas podem ser impulsionadores do desenvolvimento sustentável, um movimento social realizado por organizações com uma visão de um futuro melhor ao invés de grandes lucros . Este trabalho contribui para este debate , apresentando um estudo sobre as estratégias adotadas , e os desafios enfrentados. O estudo investiga como as organizações desenvolvem um negócio economicamente viável, mantendo os valores ambientais e sociais fundamentais, em primeiro lugar, e se a prática de negócios de som pode ser verdadeiramente consistente com o idealismo e as melhores práticas ambientais

## 2. Mudança de paradigmas: Do foco exclusivamente econômico para o desenvolvimento sustentável

Em 1970 inicia-se uma série de manifestações ecológicas em todo o mundo defendendo a inclusão de problemas ambientais na agenda do desenvolvimento internacional. A preocupação com o crescimento industrial com foco exclusivamente econômico e a degradação ambiental ganha espaço e os impactos ambientais, até então percebidos como preço do progresso e da expansão capitalista, passam a assumir uma nova dimensão e a despertar atenção, dando início as discussões acerca da sustentabilidade. Para Rosa (2007) sustentabilidade é o fruto de um movimento histórico recente que passa a questionar a sociedade industrial enquanto modo de desenvolvimento, modelo que se mostra esgotado.

Os analistas da problemática ambiental reconhecem que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, devido ao fato que a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos sócio-ambientais. (SANCHS, 1986).

Em 1987 a partir do relatório de *Brundtland* surge o conceito desenvolvimento sustentável elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. A partir de então desenvolvimento sustentável define-se como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (BOFF, 2012).

Savitz e Werber (1997) afirmam que uma empresa socialmente responsável caracteriza-se por gerar lucro aos acionistas, proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das pessoas com as quais mantém interações. Neste sentido do ponto de vista de sustentabilidade corporativa aborda-se o tripé da sustentabilidade também chamado o *Triple Bottom Line* onde questões econômicas, ambientais e sociais devem interagir gerando o desenvolvimento sustentável. Elkington (1999, p.397) enfatiza que a sustentabilidade deve ser entendida como um modelo de gestão de negócios que visa ao retorno, ou seja, lucro para os acionistas, envolvendo o desenvolvimento econômico, a promoção social e a proteção dos recursos naturais do planeta: "Os negócios precisam ser gerenciados não apenas do ponto de vista financeiro, mas também considerando aspectos sociais e ambientais".

A dimensão econômica faz-se importante na medida em que influencia a manutenção da e a permanência da organização, Como afirma Boff (2012) na compreensão política e empresarial o desenvolvimento é medido pelo Produto interno Bruto (PIB), pelo crescimento econômico, pela modernização industrial, assim como pelo progresso tecnológico, a acumulação de bens e o aumento da renda das pessoas que resultam em taxas de crescimento positivas. O oposto do crescimento é a recessão e a desestabilização social e altos índices de desemprego.

O Meio Ambiente equilibrado, mais do que um conceito é Lei, mantê-lo conservado é obrigação de todos principalmente das empresas. Tratamento dos efluentes e resíduos gerados, controle de emissão de gases poluentes, entre outros, são ações necessárias e obrigatórias para qualquer empresa. Existem organizações que vão além do exigido por lei, buscando novas idéias, contribuindo de forma significativa com a sustentabilidade, é disso que se trata a responsabilidade socioambiental. Programas que visam à preservação da flora e fauna, educação ambiental, construção de prédios ecologicamente corretos e despoluição de rios, são exemplos de ações que superam as exigências legais e contribuem significativamente com o meio ambiente.

A dimensão social da sustentabilidade é relativa à procura da igualdade entre os diversos setores sociais, no que respeita às oportunidades de emprego, no acesso aos recursos e serviços. A igualdade entre a sociedade deve ser promovida, essencialmente, para uma melhoria da qualidade de vida. Boff (2012) critica o fato de o governo repassar anualmente 150 milhões de reais aos bancos e apenas 50 bilhões para programas sociais destinados aos mais pobres. Afirma ainda que 1 % da população é proprietária de 48% das terras e ainda que segundo dados do Atlas social Brasil 2010 cinco mil famílias controlam 46% do PIB. Segundo Boff (2012) ser socialmente justo é algo que o desenvolvimento atual industrial e capitalista não pode dizer de si mesmo.

A empresa que visa ser sustentável se preocupa com o Social, seja da comunidade ao seu entorno, seja com os seus colaboradores. Como por exemplo, ações que promovam a educação escolar tanto do profissional, quanto da família deste e ainda da comunidade de

abrangência da empresa, programas de educação ambiental e responsabilidade social, incentivo ao esporte, ações que promovam a saúde e o bem estar, bem como, capacitação profissional.

Alguns autores, ainda que poucos acrescentam extensões às dimensões econômica, social e ambiental. É o caso de Caporal e Costabeber (2002) que além das dimensões de base incluem dimensões culturais, política e ética, repartindo-as por três distintos níveis hierárquicos. O primeiro nível inclui as dimensões ecológicas, econômica e social, as dimensões política e cultural são integradas num segundo nível e num terceiro nível de sustentabilidade a dimensão ética.

Para Caporal e Costabeber (2002) a dimensão política da sustentabilidade é referente aos processos participativos e democráticos, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população. Avaliam a dimensão cultural porque na dinâmica dos processos de gestão dos sistemas é necessário que as intervenções realizadas respeitem a cultura local. Como nos processos de desenvolvimento rural em que é necessário compreender e utilizar como ponto de partida, os conhecimentos e os valores da população local, pois estes refletem a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham num dado agro-ecossistema. A dimensão ética relaciona-se diretamente com a solidariedade entre gerações e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do ambiente.

Rico (2004) relata que as últimas décadas caracterizaram-se pelo aumento do interesse do empresariado Brasileiro na área social. Passaram-se a discutir temas como gerenciamento social, implementação de projetos sociais comunitários, ética e a responsabilidade social.

Segundo os institutos, fundações, associações empresariais que vêm buscando assumir uma gestão empresarial socialmente responsável, a responsabilidade social é uma forma de conduzir às ações organizacionais pautadas em valores éticos que visem integrar todas as peças de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo, direção, gerência e funcionários ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país. As empresas socialmente responsável, são poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. (RICO, 2004)

Para Macedo (2011) um processo sólido de desenvolvimento depende do envolvimento da sociedade por meio da observação da realidade em torno da melhoria de vida coletiva e do bem-estar comum, existindo relevância desse conceito no que concerne aos poderes públicos e privados, para que os processos e ações de sustentabilidade do desenvolvimento sejam efetivos e apropriados, por meio da reflexão e mobilização acerca dos problemas socioambientais.

### **3. Esforços mundiais para conscientização da necessidade do desenvolvimento sustentável**

#### **3.1 Metas do milênio**

A Cúpula do Milênio reuniu 147 chefes de Estado e de governo, foi realizada pela ONU para avigorar com o simbolismo do início do Século 21, com a intenção criar um clima favorável que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza, para a construção de um mundo mais pacífico, próspero e justo. A superação da desigualdade da distribuição de benefícios e os custos da globalização foram caracterizados como o principal desafio da atualidade. Na declaração do milênio, os dirigentes mundiais manifestam a necessidade que os objetivos

traçados resultem em ações e resultados concretos. Pede-se à ONU a avaliação periódica dos progressos alcançados na aplicação das medidas indicadas e a publicação de relatórios que se convertam em base para a adoção de novas ações (VEIGA, 2004).

A complexidade e a amplitude dos problemas têm se mostrado maiores que a capacidade e a disposição expressas pelos governos para enfrentá-los. É extremamente necessária a participação das sociedades, por meio de parcerias entre os diversos atores sociais e as diferentes esferas de governo, para dar efetividade e abrangência às soluções.

Segundo Veiga (2004), foi definido um conjunto de oito metas a serem atingidas até 2015, ficando conhecidas como Metas de Desenvolvimento do Milênio:

a) Acabar com a Fome e a Miséria

Apesar da produção de alimentos serem superior ao necessário para atender as necessidades da população mundial, cerca de 800 milhões de pessoas sofrem com a fome ou não se alimentam devidamente. Desse total, 95% estão em países em desenvolvimento, a maioria na Ásia e na África. Se o ritmo de progresso atual continuar, o primeiro objetivo não será cumprido, em 2015 ainda haverá 30 milhões de crianças abaixo do peso no sul da Ásia e na África;

b) Educação Básica de Qualidade para todos

Apesar dos progressos no aumento do número de crianças freqüentando as escolas nos países em desenvolvimento, mais de 100 milhões de crianças em idade escolar continuam fora da escola;

c) Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher

A desigualdade de gênero começa cedo e deixa as mulheres em desvantagem para o resto da vida. Nestes últimos sete anos, a participação feminina em trabalhos remunerados não-agrícolas cresceu pouco. Os maiores ganhos foram no sul e no oeste da Ásia e na Oceania. No norte da África a melhora foi insignificante: Um em cinco trabalhadores nestas regiões é do sexo feminino e a proporção não muda há 15 anos;

d) Reduzir a Mortalidade Infantil

As taxas de mortalidade de bebês e crianças até cinco anos caíram em todo o mundo, mas o progresso foi desigual. Quase 11 milhões de crianças ao redor do mundo ainda morrem todos os anos antes de completar cinco anos. A maioria por doenças evitáveis ou tratáveis: doenças respiratórias, diarreia, sarampo e malária. A mortalidade infantil é maior em países que têm serviços básicos de saúde precários;

e) Melhorar a Saúde das Gestantes

Complicações na gravidez ou no parto matam mais de meio milhão de mulheres por ano e cerca de 10 milhões ficam com seqüelas. Uma em cada 16 mulheres morre durante o parto na África Subsaariana. O risco é de uma para cada 3,800 em países industrializados. Existem sinais de progresso mesmo em áreas mais críticas, com mais mulheres em idade reprodutiva ganhando acesso a cuidados pré-natais e pós-natais prestados por profissionais de saúde. Os maiores progressos verificados são em países de renda média, como o Brasil;

f) Combater a AIDS, a Malária e outras doenças

Todos os dias 6,8 mil pessoas são infectadas pelo vírus HIV e 5,7 mil morrem em consequência da AIDS, a maioria por falta de prevenção e tratamento, o número de novas infecções vem diminuindo, houve avanços importantes e o monitoramento progrediu. Mas somente 28% do número estimado de pessoas que necessitam de tratamento o recebem. A

malária mata um milhão de pessoas por ano, principalmente na África. Dois milhões morrem de tuberculose por ano em todo o mundo;

g) Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

A proporção de áreas protegidas em todo o mundo tem aumentado sistematicamente. A soma das áreas protegidas na terra e no mar já é de 20 milhões de km<sup>2</sup>. A meta de reduzir em 50% o número de pessoas sem acesso à água potável deve ser cumprida, mas a de melhorar condições em favelas e bairros pobres está progredindo lentamente;

h) Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

Estabelecer Parcerias para o desenvolvimento mundial . Os países pobres pagam a cada dia o equivalente a US\$ 100 milhões em serviço da dívida para os países ricos. Parcerias para resolver o problema da dívida, para ampliar a ajuda humanitária, tornar o comércio internacional mais justo, baratear o preço de remédios, ampliar mercado de trabalho para jovens e democratizar o uso da internet, são algumas das metas.

### 3.2 Pacto Global

O Pacto Global foi constituído em 1999 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com intuito de estimular as empresas a se comprometerem com aplicação na gestão de seus negócios através da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. A adesão é voluntária, estabelecendo níveis de parceria e de abertura entre empresas, sociedade civil, trabalhadores, governos, as Nações Unidas e outras partes interessadas, mediante o compromisso de implantar os dez princípios em suas atividades e prestar contas à sociedade, com publicidade e transparência. (REDE BRASILEIRA DE PACTO GLOBAL)

Um espírito de colaboração, acreditando que a globalização, se embasada em princípios universais, tem o poder de melhorar o mundo, propiciando benefícios econômicos e sociais às pessoas, às comunidades e aos mercados em toda parte. A pobreza, a desigualdade de renda, o protecionismo e a ausência de oportunidades de trabalho decentes impõem graves ameaças à paz e aos mercados mundiais demandam urgência soluções urgentes.

Os negócios como agentes da globalização, podem ser uma imensa força positiva. Por meio do compromisso com a cidadania empresarial e com os princípios do Pacto Global da ONU, as companhias podem continuar a criar e produzir valor no sentido mais amplo do termo. Assim, a globalização pode atuar como um acelerador para a disseminação dos princípios universais, criando uma competição orientada por valores.

Veiga (2004) Afirma que os princípios do Pacto Global também se relacionam com as Metas do Milênio. Ao adicioná-los à gestão empresarial, coloca-se em prática ações de responsabilidade social que colaboram, direta ou indiretamente, para atingir as metas. Essas ações podem estar voltadas para o público interno e a cadeia produtiva ou serem praticadas a partir de parcerias com ONGs, poderes públicos e demais partes interessadas.

### 3.3 Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada para mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a conduzir os negócios de forma socialmente responsável, visando contribuir para uma sociedade sustentável e justa. O Instituto busca disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, auxiliando as organizações a compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável. (ETHOS, 2013)

O instituto dispõe de indicadores, os quais são amplamente reconhecidos no âmbito mundial,

os indicadores são oferecidos gratuitamente as empresas interessadas em avaliar a gestão na perspectiva da sustentabilidade e da responsabilidade social. Os indicadores se apresentam na forma de um questionário, onde as empresas conseguem fazer seu autodiagnóstico e levantar subsídios para o planejamento estratégico com valores e transparência nos temas governança, público interno meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.

Segundo Ethos (2013) preenchimento dos Indicadores é feito internamente pela empresa, a partir de um processo participativo envolvendo diferentes áreas e níveis hierárquicos, as respostas são passadas para um sistema on-line, que calcula os desempenhos da empresa em cada indicador e os apresenta em um relatório final, resultando num Relatório de Diagnóstico.

Além dos desempenhos, o sistema calcula médias comparativas para servirem de referência para as empresas em seu planejamento estratégico. As médias apresentadas são do banco de dados formado por todas as empresas que responderam o questionário e a média do grupo de benchmark é extraída com base no desempenho das empresas que obtiveram as dez melhores colocações. Em complemento aos desempenhos e às médias, o sistema também reúne no relatório os comparativos apontando as sinergias entre os Indicadores Ethos e outras iniciativas em sustentabilidade.

### **3.4 Global Reporting Initiative (GRI)**

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã, na Holanda, criada em 1997 com a missão de desenvolver e disseminar mundialmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade com um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. No Brasil, a GRI conta com a parceria do Instituto Ethos e do núcleo de estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. A GRI é também um núcleo oficial de colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ETHOS, 2013).

Segundo Veiga (2004) Num processo voluntário, *multistakeholder* e consensual, a GRI busca atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma utilidade e seriedade dos relatórios e balanços financeiros, conferindo-lhes o status de documento. Atualmente, a GRI está em sua terceira versão de diretrizes, chamada de G3-GRI. As diretrizes estão estruturadas em duas partes. A primeira com princípios e orientações para a definição do conteúdo do relatório de forma a assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou escopo do relatório e a segunda parte do conteúdo do relatório estabelece referências para relatar o perfil da organização, sua forma de gestão governança, compromisso, engajamento e finalmente os indicadores de desempenho.

O processo de elaboração do relatório de sustentabilidade é um ciclo permanente de engajamento tanto de funcionários quanto stakeholders, para entender, debater mensurar e melhorar os processos internos e também monitorar e comunicar o desempenho da empresa em relação à sustentabilidade.

### **3.5 ISO 16001 e AS 8000**

As organizações estão cada vez mais preocupadas e atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e sociais adequados, controlando impactos de suas relações, processos, produtos e serviços na sociedade, de forma consistente com sua política e com seus objetivos de responsabilidade social. Escolher fornecedores, que mantenham práticas responsáveis e eticamente corretas passou a ser requisito fundamental as organizações. As normas de Responsabilidade Social ISO 16001 e a SA 8000 são normas voluntárias. Neste

sentido, a norma é aplicável a qualquer organização que deseje:

- a) Implantar, manter e aprimorar um sistema da gestão da responsabilidade social;
- b) Assegurar-se de sua conformidade com a legislação aplicável e com a sua política da responsabilidade social;
- c) Apoiar o engajamento efetivo das partes interessadas;
- d) Demonstrar conformidade com a Norma ao realizar uma auto-avaliação e emitir declaração da conformidade com a norma;
- e) Buscar confirmação de sua conformidade por partes que possuam interesse na organização;
- f) Buscar certificação do seu sistema da gestão da responsabilidade social da organização externa.

Entre os benefícios da ISO 16001 e SA 8000 estão o fortalecimento da imagem e participação da empresa no mercado; maior controle das relações com a comunidade e sociedade; satisfação dos critérios dos investidores e acesso ao capital; afirmação às partes interessadas do comprometimento com uma gestão social demonstrável; melhora do relacionamento com todas as partes interessadas (clientes, acionistas, ONG's, fornecedores, governo e funcionários); promoção do desenvolvimento sustentável; e transparência das suas atividades.

### 3.6 ISO 26000

A ISO 26000 é a primeira norma internacional de Responsabilidade social empresarial, publicada no final 2010 o documento tem como objetivo traçar diretrizes para ajudar empresas na implantação e desenvolvimento de políticas baseadas na sustentabilidade.

A norma foi construída com a participação de diversos setores da sociedade, mundial, com a proposta de servir como uma diretriz, ao contrário das outras normas da ISO, a 26000 não é certificável nem tem caráter de sistema de gestão e é aplicável a todos os tipos de organização.

Os princípios que norteiam a ISO 26000 são: Responsabilidade, transparência, comportamento ético, consideração pelas partes interessadas, legalidade, normas Internacionais e Direitos Humanos. Além dos princípios, os temas centrais do documento envolvem as áreas de Direitos Humanos; Práticas de Trabalho; Meio Ambiente; Práticas Leais de Operação; Combate à Corrupção e Propina; Consumidores e Desenvolvimento aliado a participação comunitária. As empresas terão de aplicar ações de cada área citada em suas gestões.

Para Barbieri e Cajazeira (2009) a norma vem preencher a lacuna de instrumento oficial capaz de integrar a forma como as organizações lidam com o mundo à sua volta. Vivemos em um tempo de crise nos setores econômico, ambiental e social em todo o mundo. Empresas e associações de todos os segmentos pecam pela ausência de ética, ao desconsiderarem seus públicos e até mesmo os próprios funcionários. Soma-se aí o fato de que o conceito de sustentabilidade empresarial ainda é novo, o que provoca ruídos na comunicação das empresas em relação ao tema.

Os *stakeholders* são fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento. Por essa razão, pode-se dizer que eles são imprescindíveis também para a ISO 26000. A norma oferece orientação a respeito da identificação, priorização e engajamento de suas partes interessadas. Segundo Duarte & Torres (2005), como a questão do lucro e da produtividade eram prioridades absolutas, era de esperar que a única parte interessada no passado fosse o acionista. Com isso, o público mais importante para as organizações eram seus stakeholders, aqueles que investiam e aguardavam os lucros oriundos do negócio da empresa.

#### 4.0 As empresas e a busca pela sustentabilidade

O conceito de responsabilidade socioambiental corporativa não está apenas no âmbito filantrópico, mas tornou-se estratégia de sustentabilidade de longo prazo, onde a empresa observa e tenta mudar os efeitos de suas atividades perante a sociedade.

A responsabilidade Socioambiental, antes atribuída principalmente ao governo, cabendo às políticas públicas a garantia dos direitos dos cidadãos já não se mostra suficiente para resolver os crescentes problemas de caráter social e ambiental. Para Barbieri e Cajazeira (2009) as empresas têm grande responsabilidade nessa questão. Elas possuem um enorme poder econômico, tecnológico, político, e cultural. Sendo assim o setor empresarial tem o poder de ditar a agenda do presente e do futuro, o que depende do avanço da cultura da responsabilidade social no meio empresarial. Quanto mais avançar filosófica, conceitual e concretamente, mais chances teremos de evitar as catástrofes e de promover o desenvolvimento socialmente responsável.

A pressão da sociedade e dos organismos internacionais tem impulsionado as empresas na busca de práticas sustentáveis. Para Soares da Silva et al (2011) a adoção destas práticas visa a atender principalmente o interesse dos investidores e da organização tendo pouca iminência com os princípios coletivistas de sustentabilidade. Sendo assim as empresas apenas limitam-se a atender as exigências legais.

Para Maia e Pires (2011) as decisões organizacionais são complexas e as dimensões que compõem a sustentabilidade são subjetivas, os autores defendem o cruzamento entre os três níveis de decisões (simples, medianas e complexas) e as três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), através de uma matriz. A matriz pondera que as decisões simples tomadas focam exclusivamente a dimensão econômica, desconsiderando as dimensões sociais e ambientais. Já as decisões medianas, tendem a considerar a dimensão econômica e social (ou ambiental), ignorando a dimensão ambiental (ou social). Contudo, as decisões organizacionais complexas, por atenderem simultaneamente às três dimensões da sustentabilidade, tendem a contribuir para o alcance da sustentabilidade.

O desafio das organizações é corresponder às expectativas dos investidores ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento ambiental, a redução da pobreza e uma sociedade menos desigual.

Giovanni (2012) ao investigar o efeito da gestão ambiental que a empresa promove internamente e externamente e seus efeitos sobre triple bottom line, que abrange o desempenho ambiental, econômico e social, afirma que a gestão ambiental interna melhora diretamente o desempenho ambiental e social, mas contribui apenas indiretamente à linha de fundo econômico. Em contraste, a gestão ambiental externa é um pouco menos eficaz para resultados econômicos a curto prazo, contribuindo apenas positivamente para o desempenho ambiental e exercendo apenas um impacto indireto, marginal no desempenho econômico.

Theyel e Hofmann (2012) Afirma que pequenas e médias empresas acreditam que as práticas sociais requerem altos recursos financeiros, não acrescentando valor econômico a empresa em curto prazo. Por outro lado as empresas que adotam práticas de sustentabilidade beneficiando as partes interessadas, tais como os grupos comunitários de defesa, funcionários, fornecedores, clientes e os meios de comunicação locais estão a influenciar a adoção de práticas de sustentabilidade, adquirem com altos índices de aprovação ambiental e são bem sucedidos processo de inovação.

Millar (2012) acredita que aqueles que conduzem empresas sustentáveis serão responsáveis pela efetivação da consciência sustentável em suas práticas e estratégias de negócios, não se trata de filantropia, mas de quebrar o paradigma de negócios vigente até então, trata-se de

visão para mudar atitudes e mentalidade nas indústrias. O que incidira em impacto sobre os empregados, consumidores, sobre os políticos e na sociedade em geral.

Das organizações a sociedade requer consideração às carências e aspirações dos grupos que interferem na sustentabilidade, os stakeholders e lhes mostra a necessidade de assumir posição gerencial mais aberta. Como afirma Barbieri e Cajazeira (2009) agir de forma socialmente responsável é se preocupar com a qualidade do impacto das ações sobre as pessoas, medindo as conseqüências desse impacto e apenas efetivar ou prosseguir com as ações quando há certeza de que elas influenciarão positivamente.

## 5.0 Conclusão

Os modelos teóricos e práticos de ações socioambientais corporativas analisados no decorrer deste trabalho além de contribuir para a redução da pobreza e promoverem o desenvolvimento sustentável se tornaram essenciais, devido à preocupação crescente com os impactos sociais e ambientais. A responsabilidade socioambiental, antes calcada no altruísmo e na caridade, assumiu uma concepção mais abrangente, estratégica. A competitividade que anteriormente era definida pelos preços e outras variáveis mercadológicas, posteriormente, pela qualidade percebida e agregada ao produto ou serviço passaram, além desses fatores a também ser definida pelas relações entre as empresas e seus *Stakeholders*.

## Referências

**BARBIERI, JOSÉ CARLOS, CAJAZEIRA, JORGE EMANUEL.** *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável : da teoria à prática.* São Paulo: Saraiva, 2009.

**BOFF, LEONARDO.** *Sustentabilidade: o que é: o que não é.* Petrópolis, RJ, Vozes, 2012

**CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A.** *Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia.* Agroecologia e Desenvolvimento Rural, 2012.

**DUARTE, C.O.S.; TORRES, J. Q. R.** *Responsabilidade social empresarial: dimensões históricas e conceituais.* São Paulo: Petrópolis, 2005.

**GIOVANNI, DE PIETRO.** *Do internal and external environmental management contribute to the triple bottom line?," International Journal of Operations & Production Management, Vol. 32 Iss: 3, pp.265 – 290, 2012.*

**ELKINGTON, J.** *Cannibals with forks.* Canada: New Society, 1999.

**ETHOS.** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.Ufje5I2ThSU>> Acesso em jul 2013

**MACEDO, NÍVEA MARCELA M. N. e CANDIDO, GESINALDO ATAÍDE.** *Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande* - PB. Gest. Prod. [online]. 2011, vol.18, n.3 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104530X2011000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104530X2011000300013&script=sci_abstract&tlng=pt)>

**MAIA, A. G.; PIRES, P. DOS S.** *Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais.* Revista de Administração Mackenzie, v. 12, n. 3, Edição Especial, p.177-206, Maio/Jun. 2011

**MILAR, CARLAASHRIDGE, HIND, PATRICIA, MAGALA, SLAWEK.** *Sustainability and the need for change: organisational change and transformational vision.* Journal of Organizational Change Management Vol. 25 No. 4, 2012 pp. 489-500

**REDE BRASILEIRA DE PACTO GLOBAL.** Disponível em:<<http://www.pactoglobal.org.br/>> Acesso em jul 2013.

**ROSA, ALTAIR.** *Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação.* Dissertação de mestrado. Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

**RICO, Elizabeth de Melo.** *A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável.* São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.4 Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400009)> Acesso em jul 2013

**SACHS, IGYNACY.** *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.* São Paulo, Vértice, 1986.

**SAVITZ, A. W.; WEBER, K.** *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

**STEAD EDWARD W, STEAD JEAN GARNER.** *Can Humankind Change the Economic Myth? Paradigm Shifts Necessary for Ecologically Sustainable Business* Journal of Organizational Change Management, Vol. 7 No. 4, 1994, pp. 15-31. © MCBUniversity Press, 0953-4814

**SOARES DA SILVA, SABRINA, PEREIRA REIS, RICARDO, AMÂNCIO, ROBSON.** *Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica* RAM. Revista de Administração Mackenzie [online] 2011, 12 (Mayo-Junio) : [Date of reference: 17 / septiembre / 2013] Available in:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195422078007>> ISSN 1518-6776

**THEYEL GREGORY, HOFMANN KAY.** *Stakeholder relations and sustainability practices of US small and medium-sized manufacturers,* Management Research Review, Vol. 35 Iss: 12, pp.1110 – 1133, 2012.

**VASCONCELOS, ISABELLA FREITAS GOUVEIS DE, ALVES, AQUINO.** *Responsabilidade corporativa desenvolvimento sustentável: Olhares Harbesianos* RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 52, n. 2, março-abril 2012

**VEIGA, JOÃO PAULO CÂNDIA.** *O compromisso das empresas com as metas do milênio.* São Paulo: Instituto Ethos, 2004. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/metas\\_do\\_milenio.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/metas_do_milenio.pdf)> Acesso em jul 2013.

